

O lugar das línguas indígenas e africanas no Museu da Língua Portuguesa

The locus of the indigenous and african languages in the Museum of the Portuguese Language

El lugar de las lenguas indígenas y africanas en el Museo de la Lengua Portuguesa



Heloisa Mara Mendes

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: hlsmnds@ufu.br.

Resumo: Neste trabalho, pretendemos analisar, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa, o discurso sobre as línguas indígenas e africanas no Museu da Língua Portuguesa – instituição localizada na cidade de São Paulo (Brasil), que está sendo reconstruída, depois do incêndio ocorrido em dezembro de 2015. Utilizando os conceitos de cena de enunciação e *ethos*, são analisados os textos sobre essas línguas no espaço expositivo Palavras Cruzadas. Argumentamos que, ao restringir as línguas indígenas e africanas a certa “influência” no léxico, o museu assume um posicionamento sobre a identidade linguística do Brasil que, simultaneamente, reconhece sua originalidade e a superior unidade da língua portuguesa.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Museu da Língua Portuguesa. Multilinguismo brasileiro.

Abstract: This paper intends to analyse, based on the theoretical perspective of the Discourse Analysis in France, the discourse on the Indigenous and African languages in the Museu da Língua Portuguesa (Museum of the Portuguese Language) – an institution in São Paulo (Brazil)

which is being rebuilt due to a fire occurred in december 2015. Using the concepts of scene of enunciation and *ethos*, the analysis focuses on the texts exhibited in the space Palavras Cruzadas (Crossword) on these languages. The paper argues that, by restricting the Indigenous and African language to a certain "influence" in the lexicon, the museum takes a position on the linguistic identity of Brazil which recognizes the originality of the Portuguese language and, above all, its unity.

Keywords: Discourse Analysis. Museum of the Portuguese Language. Brazilian multilingualism.

Resumen: En este trabajo, se pretende analizar, desde la perspectiva teórica del Análisis del Discurso francés, el discurso sobre las lenguas indígenas y africanas en el Museu da Língua Portuguesa (Museo de la Lengua Portuguesa) –institución ubicada en la ciudad de São Paulo (Brasil), que está en obras de reconstrucción, tras el incendio que se produjo en diciembre de 2015. Utilizando los conceptos de escena de enunciación y *ethos*, se analizan los textos sobre esas lenguas en el espacio expositivo Palavras Cruzadas (Crucigrama). Se argumenta que, mediante la restricción de las lenguas indígenas y africanas a cierta "influencia" en el léxico, el museo se hace cargo de un posicionamiento sobre la identidad lingüística de Brasil que a la vez reconoce su originalidad y la superioridad de la lengua portuguesa.

Palabras claves: Análisis del Discurso. Museo de la Lengua Portuguesa. Multilingüismo brasileño.

Submetido em 1 de julho de 2019.

Aceito em 4 de novembro de 2019.

Publicado em 24 de março de 2020.

1 Considerações iniciais

O Museu da Língua Portuguesa foi inaugurado em 20 de junho de 2006, na Estação da Luz, em São Paulo. Criado por uma iniciativa do Governo do Estado, por meio de sua Secretaria de Cultura, foi concebido e realizado em parceria com a Fundação Roberto Marinho e teve como patrocinador mais importante a EDP, uma empresa portuguesa que fornece energia para cerca de 28 municípios do estado de São Paulo. Outros patrocinadores foram o Grupo Globo, o Grupo Itaú e a Sabesp. Para sua criação, houve apoio do Governo Federal, através da Lei de Incentivo à Cultura, e trabalho de uma equipe multidisciplinar de profissionais, entre eles, sociólogos, museólogos, linguistas e artistas. Atualmente, sua gestão está sob a responsabilidade da IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, uma organização social, ou seja, uma entidade privada sem fins lucrativos, cujos recursos são, em parte, subvencionados pelo Estado e, em parte, captados pela própria organização por meio, principalmente, de bilheteria e patrocínios. Em dezembro de 2015, um incêndio atingiu o museu; hoje, está fechado para reconstrução com a promessa de que seja reinaugurado em dezembro de 2019.

A Estação da Luz, local que abriga o museu,¹ data do início do século XX. Inaugurado em 1º de março de 1901, o edifício, cujo projeto e estruturas são ingleses, é considerado um monumento do ciclo ferroviário, um registro histórico da transformação urbana verificada na cidade de São Paulo, impulsionada pela prosperidade trazida pelo ciclo do café, e um marco de sua expansão. A maioria daqueles cujo destino era a capital do estado desembarcava na estação que, além de receber intelectuais, diplomatas e políticos, também se tornou a porta de entrada para imigrantes, sendo, assim, o local em que, primeiramente, os estrangeiros entravam em contato com a língua portuguesa usada no Brasil. Ain-

¹ O Museu da Língua Portuguesa está situado no espaço que, até 2001, era destinado aos escritórios da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Ocupa cerca de 4 mil metros quadrados do total de 7,5 mil metros do complexo arquitetônico da Estação da Luz.

da hoje, a estação preserva essa vocação de espaço de contato e convívio entre diversas culturas, línguas e sotaques.

São Paulo, por sua vez, é a cidade mais multicultural e multilinguística do país: reúne grandes comunidades de diferentes origens étnicas (italiana, portuguesa, japonesa, espanhola, libanesa, árabe, entre outras); cerca de 30% de sua população têm ascendência africana; e é o 4º município brasileiro em população indígena: em São Paulo habitam, aproximadamente, 12.977 índios, de acordo com o Censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Essas informações sobre o contexto sociolinguístico de surgimento da Estação da Luz nos ajudam a situar, minimamente, o simbolismo histórico do lugar escolhido para a construção do museu, entendido, aqui, como um lugar de memória (NORA, 1993). No entanto, o nome próprio Museu da Língua Portuguesa, por si só, poderia ser considerado um indício da tendência da instituição ao monolinguismo.

Nossa problemática incide, assim, sobre uma questão bastante ampla, a saber, a relação que se estabelece entre o multilinguismo, constitutivo da identidade linguística brasileira, e sua suposta representação no museu. Neste trabalho, mobilizando os conceitos de cena de enunciação e *ethos*, pretendemos discutir o lugar ocupado pelas línguas indígenas e africanas, especificamente, na instalação Palavras Cruzadas.

2 Cena de enunciação e *ethos*

Em seu percurso de elaboração e reelaboração de uma proposta teórico-metodológica no interior da Análise do Discurso francesa, Dominique Maingueneau retoma, reiteradamente, o conceito de cena de enunciação. Esse conceito passou a circular de forma mais ampla entre os pesquisadores brasileiros a partir da publicação de *Novas tendências em Análise do Discurso* (1987).

Nas demais obras traduzidas e publicadas no Brasil, o autor não cessou de rerepresentar a noção, vinculando-a a outros conceitos e à análise de diferentes tipos de discurso. Em *Gênese dos Discursos* (2005a) e em *Cenas da enunciação* (2006a), por exemplo, reflete sobre a relação entre a noção de cena de enunciação e o conceito de *ethos*. Em *Discurso literário* (2006b) e em *Análise de textos de comunicação* (2008),² para citar outros exemplos, demonstra a produtividade da noção para a análise de discursos como o literário e o publicitário.

A cena de enunciação de que trata Maingueneau (2006a) é composta por três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante confere a um texto um estatuto pragmático, ou seja, integra-o a um tipo de discurso: político, pedagógico, jornalístico, entre outros. Ela é responsável por definir o estatuto dos interlocutores em determinado espaço social. Esse estatuto não é dado previamente, visto que cada enunciação está inscrita em certo tipo de discurso e, por essa razão, submetida às suas condições de funcionamento em determinado momento histórico.

A cena genérica relaciona-se ao contrato associado a um gênero do discurso: o editorial, o sermão, o guia turístico, entre outros. Juntas, a cena englobante e a cena genérica definem o quadro cênico do texto como um espaço relativamente estável no interior do qual um enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero de discurso. Sendo assim, a interpretação de um fragmento de texto requer do destinatário a capacidade de situá-lo em uma cena englobante e em uma cena genérica.

Na perspectiva de Maingueneau (2008, p. 87, grifo do autor), “*não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com uma **cenografia**”*. A cenografia desloca o quadro cênico para o segundo plano. Ela não é um cenário, como se o discurso aparecesse de forma inesperada em um espaço previamente construído e independente dele, nem é imposta pelo gênero do discurso, mas construída pelo próprio texto. Há, portanto, gêneros

² A primeira edição dessa obra foi publicada no Brasil, em 2001.

mais propícios para o desenvolvimento de diferentes cenografias (como os gêneros publicitários e literários) e gêneros menos suscetíveis de adotar cenografias variadas (como as receitas médicas).

Questionar-se sobre a cena de enunciação de um discurso supõe, portanto, assumir que seu destinatário encontra-se simultaneamente envolvido nessas três cenas. Ele é interpelado pela cena do tipo de discurso, pela cena do gênero de discurso e pela cena construída pelo texto.

No *corpus* em questão, identificamos a cena englobante ao discurso museológico, a cena genérica ao texto museal – um gênero de caráter supostamente informativo sobre o objeto em exposição –, e a cenografia ao texto didático. Nesse sentido, aquele que frequentava o museu era interpelado como visitante (cena englobante), como leitor do texto museal (cena genérica) –, e como um indivíduo interessado em aprender sobre a história da língua portuguesa (cenografia).

Contudo, considerar os enunciados como produtos de uma enunciação que implica três cenas não é suficiente para analisá-los. É necessário acatar que todo discurso é procedente de um enunciador encarnado e que os textos são sustentados pela voz de um sujeito que se situa para além deles. Trata-se do *ethos*, um fenômeno caudatário da retórica aristotélica por meio do qual, de acordo com Amossy (2005), é construída uma imagem de si no discurso.

Sinteticamente, Maingueneau (2005a, 2005b, 2006a, 2008) define *ethos* como a personalidade do enunciador revelada por meio da enunciação, que não se restringe a enunciados orais, mas é válida para qualquer texto, mesmo para o escrito. Para esse autor, trata-se de um *tom* que dá autoridade ao que é dito e permite ao interlocutor construir uma representação do caráter (conjunto de traços psicológicos) e da corporalidade (compleição corporal, maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social) do enunciador.

Maingueneau (2006a, p. 67) afirma que, “por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica”. De acordo com o autor, há um processo de entrelaçamento entre o *ethos* e a cenografia da qual ele participa. Para esse autor,

a cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*, bem como a cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 68, grifo do autor).

Assumimos com esse autor que, sempre que há enunciação, alguma coisa da ordem do *ethos* é liberada. De nossa parte, essa noção será mobilizada nas análises como um processo que nos permite refletir sobre a adesão do museu a um posicionamento sobre o contexto multilinguístico brasileiro.

3 Alguns pressupostos

Para a análise, tomamos como pressuposto o fato de que, no Brasil, a primeira medida de imposição da língua portuguesa foi tomada, ainda no período colonial, pelo Marquês de Pombal, por meio do *Directorio que se deve observar nas povoações dos indios do Pará e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário* (1757), de autoria do governador Mendonça Furtado e do bispo Miguel de Bulhões, que proibiu o uso da língua geral, até então, hegemônico. Grosso modo, o *Diretório* reunia um conjunto de medidas que tencionava incluir os índios na nova ordem colonial

que se pretendia construir. A título de ilustração, reproduzimos integralmente o famigerado parágrafo sexto do documento sobre a questão da língua, tal como citado por Faraco (2016, p. 99):

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistaraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idiõma, por ser indisputavel que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade de seus antigos costumes; e tem mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao mesmo Principe. Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamaraõ geral, invençaõ verdadeiramente abominável, e diabólica, para que, privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeiçaõ, em que até agora se conservávaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoçoens o uso da Lingua Portugueza, naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas que pertencerem ás Escolas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.

A citação evidencia o fato de que a proibição de uso da língua geral amazônica se deu apoiada no argumento civilizatório. Embora ela não tenha gerado efeitos práticos imediatos, visto que faltavam instrumentos para sua implantação – a instrução pública seria um desses instrumentos –, “[...] serviu para alimentar, entre

os administradores e a elite colonial, o imaginário de uma sociedade monolíngue em que não haveria lugar para as *“línguas bárbaras”* (FARACO, 2016, p. 101, grifo do autor). Hipótese semelhante é sustentada por Mariani (2004, p. 153), para quem o *Directório* “de fato produziu um efeito de sentido em termos da construção imaginária da noção de unidade linguística” no Brasil.

O processo de construção do Estado nacional também foi marcado por iniciativas voltadas à unificação linguística, como forma de responder à expectativa de que a *uma* nação correspondesse *uma* língua. Na França, para citar apenas um exemplo, com a Revolução, teve início uma política explícita de substituição dos patoás e de vários dialetos regionais pelo francês, alçado a língua nacional. No Brasil, o ideário nacionalista foi fortemente exaltado pelos escritores românticos que vinculavam a língua e a literatura, tomada como expressão máxima da cultura de um povo, à nacionalidade. Nesse contexto, a diferenciação linguística, salvo raríssimas exceções (José de Alencar é uma delas), não era tomada como algo que interferiria na autonomia nacional. A seu modo, as polêmicas linguísticas do século XIX reforçaram a política do *Directório*, por meio do profundo desprezo pelo português popular que se deu a partir de então, um português intensamente marcado pela mobilidade e pela demografia populacional africana e de afrodescendentes.

Ainda no âmbito legislativo, a Lei imperial, de 15 de outubro de 1827, determinava que todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras e que fosse ensinada a “gramática da língua nacional”, entre outros conteúdos. A primeira remissão à língua em uma Constituição ocorre em 1934, na Segunda República. O documento determinava que o ensino fosse ofertado no “idioma pátrio”, exceto o de línguas estrangeiras. A Constituição de 1946 reiterava a determinação de que o ensino primário fosse dado na “língua nacional” e vedava aos que não soubessem exprimir-se na “língua nacional” se alistarem como eleitores.³ Essas

³ Na Assembleia Constituinte de 1946, um grupo de deputados apresentou uma proposta de que a língua falada no país recebesse a denominação de língua brasileira. Diante dessa proposta, ficou determinado, no artigo 35 do Ato das Disposições Transitórias do texto constitucional, que seria nomeada uma comissão de professores, escritores e jornalistas que pudesse opinar sobre a denominação do “idioma nacional”. A comissão, presidida pelo acadêmico José Carlos de Macedo Soares, em relatório

resoluções foram mantidas na Constituição de 1967, promulgada sob o regime militar.

A Constituição de 1988, por sua vez, em seu artigo 13, estabelece a língua portuguesa como idioma oficial da República Federativa do Brasil e prevê, em seu artigo 216, ações de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro constituído por bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Entre esses bens, incluem-se as “formas de expressão”. Nesse documento, é assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas e processos próprios de aprendizagem. De um ponto de vista exclusivamente político, a Constituição de 1988 representa certa abertura para uma consideração mais plural da identidade cultural do país.

Tomamos também como pressuposto o fato de que, durante bastante tempo, as especificidades do português do Brasil foram explicadas como o resultado de influências ameríndias ou africanas. No entanto, a partir da influência exercida pelos romances indianistas, aqueles que estavam insatisfeitos com a identificação das raízes tupi restritas à toponímia e ao vocabulário passaram a explicar certos traços particulares da fonética, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro, por meio do substrato tupi. De acordo com Teyssier (1982, p. 91), “a mania do tupi levou a exageros evidentes, a erros e generalizações apressadas. Depois foi a vez das línguas africanas”. Teyssier (1982) afirma que, diante desse contexto, os filólogos brasileiros reagiram contra o que ele chama de “exageros” e, “sem negar a influência do tupi e das línguas africanas”, mostraram que muitos exemplos eram inconsistentes. O olhar dessa vertente da linguística histórica sobre a identidade cultural brasileira é resumido por Teyssier (1982, p. 75) da seguinte maneira:

do filólogo Sousa da Silveira aprovado por unanimidade, chegou à conclusão de que “o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa” e que, portanto, sua denominação deveria permanecer a mesma. De acordo com o documento, “essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras – Língua Portuguesa –, a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado.” (SILVEIRA, 1972 apud FARACO, 2016, p. 170).

Quando os Portugueses se instalaram no Brasil, o país era povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O Português europeu, o Índio e o Negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas no que se refere à cultura a contribuição do Português foi de longe a mais importante.

Esse olhar, talvez, possa ser justificado em função de uma das orientações seguidas por linguistas que se dedicam à história das línguas, a saber, a de que, de acordo com Faraco (2005, p. 195-196),

novos grupos étnicos que entram na comunidade passam a participar das mudanças em progresso só quando começam a ganhar estatuto social, isto é, adquirem direitos e privilégios em termos de emprego, moradia e acesso à estrutura social.

No caso do Brasil, no período colonial, a escravização dos índios, ou seja, sua marginalização com relação à organização social que se estabeleceu a partir da chegada dos portugueses, assim como a posterior escravização dos africanos, encarregou-se de relegar também a segundo plano, na esfera discursiva, a efetiva participação dessas etnias na constituição da identidade nacional. Soma-se a isso o fato de que o multilinguismo brasileiro – considerado, muito frequentemente, a partir do valor da civilização, em conformidade com a perspectiva adotada por Guimarães (2005) –, estabelece uma relação hierarquizada entre o português, língua que dispõe do *status* de civilizada, e as línguas indígenas e africanas, que são fortemente afetadas pelo sentido do primitivo, do grosseiro, do selvagem.

4 Palavras cruzadas

No Museu da Língua Portuguesa, as referências às línguas indígenas e africanas apareciam, mais explicitamente em, pelo menos, três espaços expositivos: no vídeo exibido no Auditório, na

Linha do Tempo e em Palavras Cruzadas, instalação localizada no segundo andar do museu que recortamos para análise.⁴

Figura 1 – Palavras Cruzadas



Fonte: Produção nossa (2019).

Palavras Cruzadas era formada por oito totens. Dentre eles, havia um totem para o tupinambá; um totem para as línguas indígenas hoje; um totem para as línguas africanas quicongo, quimbundo, umbundo; e um totem para as línguas africanas iorubá e évé-fon. Os demais totens estavam distribuídos da seguinte maneira: um totem para o inglês e o francês; um totem para o espanhol; um totem para as línguas de imigrantes; e um totem dedicado ao português no mundo.

Cada totem tinha um formato triangular. Uma de suas faces dispunha de uma tela sensível ao toque que permitia ao visitante tocar as palavras de seu interesse, ouvir sua pronúncia em língua portuguesa e na(s) língua(s) referente(s) ao totem e conhecer seu significado. Nas faces opostas à da tela, havia uma espécie de vitri-

⁴ Para uma análise discursiva dos demais espaços expositivos do Museu da Língua Portuguesa, ver Mendes (2013).

ne na qual estavam expostos objetos representativos da(s) cultura(s) em questão, um mapa e um texto sobre sua(s) língua(s).

O texto museal é um gênero, por natureza, propício à diversidade das cenografias, equivalente, em certa medida, à diversidade dos tipos de museus. Há textos museais que apresentam cenografias de cunho científico, didático, histórico, memorialístico, informativo, entre outros. Em Palavras Cruzadas, os textos que analisamos se revestem de uma cenografia didatizante. No totem dedicado à língua tupinambá, lia-se:

Quando em 1500 os portugueses chegaram ao Brasil, na região de Porto Seguro, Bahia, encontraram ali um povo que falava uma língua completamente desconhecida dos europeus. Era o povo tupinakī, que falava a língua tupinambá. A maioria dos povos que viviam ao longo da costa, desde o Rio de Janeiro até o Ceará, falava essa mesma língua. Foi com a língua tupinambá que os colonos portugueses tiveram contato mais estreito durante o século XVI. Para entender-se com os indígenas, a fim de conhecer a nova terra e nela viver, muitos deles tiveram de aprendê-la. Desse contato resultou a grande influência do tupinambá no vocabulário do português do Brasil. Milhares de nomes comuns e nomes de lugares que utilizamos hoje em todo o país são palavras tupinambás.⁵

Nesse totem, o povo tupinambá, por meio de sua língua, é significado a partir da visão eurocêntrica: seu pertencimento ao território brasileiro é reconhecido, visto que tanto o texto como um mapa situavam a distribuição da língua tupinambá ao longo da costa brasileira, mas sua influência na constituição do português brasileiro, embora tenha sido adjetivada como “grande”, fica restrita ao vocabulário, mais especificamente, a “nomes comuns” e “nomes de lugares”.

No totem dedicado às línguas indígenas hoje, o contexto multilinguístico brasileiro contemporâneo era reconhecido, por meio

⁵ As citações referentes aos textos de Palavras Cruzadas foram registradas em vídeos e fotografias durante nossas visitas ao museu entre 2010 e 2012.

da afirmação de que “vivem hoje no Brasil cerca de 220 povos indígenas, falando mais de 180 línguas diferentes”; por meio da consideração da participação indígena na constituição do tipo humano brasileiro; e por meio da afirmação: “É o Brasil que vai se lembrar, cada vez mais, de sua maneira de ser indígena. E não só no rosto e na pele, mas também na voz”.

Aquilo que, aparentemente, poderia ser considerado uma contradição no discurso do museu a respeito das línguas indígenas, a saber, a restrição da influência indígena ao léxico (tal como era tematizado no totem sobre o tupinambá) e a assunção de que o país é constitutivamente indígena (questão que emergia no totem sobre as línguas indígenas hoje) não o é em função dos dêiticos que ancoram a enunciação e instauram cenografias diferentes.

No primeiro texto, a locução adverbial temporal “em 1500” enlaça um ethos mítico para a chegada dos portugueses ao Brasil a uma cenografia que, por sua vez, procura enfatizar a origem europeia do português falado no país. No segundo texto, diferentemente, o dêitico “hoje” ancora a enunciação ao momento em que surge o museu, um tempo no qual a identidade cultural brasileira parece ser uma questão aparentemente resolvida, o que, em termos discursivos, permitiria ao enunciador do discurso fazer concessões com relação à participação indígena. Nesse sentido, o dêitico “hoje” enlaça um ethos ufanista que, no museu, se materializa no reconhecimento da diversidade linguística e cultural do povo brasileiro sem prejuízo para sua unidade.

A participação das línguas africanas na constituição do português usado no Brasil, igualmente, ficava restrita ao léxico. No totem referente ao quicongo, quimbundo e umbundo, afirmava-se:

Entre os séculos XVI e XIX, foram trazidos para o Brasil entre quatro e cinco milhões de africanos escravizados. Mais da metade deles foi embarcada à força em navios ancorados entre o Gabão e o sul de Angola, bem como na costa de Moçambique. Essa multidão de homens, mulheres e crianças falavam línguas aparentadas, do grande grupo linguístico banto. Transportados

como cativos por todo o Brasil, foram povoando a língua portuguesa de palavras novas e sonoras. Foram carimbando nela seu jeito de viver e de ver o mundo. Hoje, quando dizemos *muleque*, *bunda*, *tanga*, *quindim* ou *quitanda*, estamos ecoando as palavras pronunciadas por essas incontáveis vozes africanas.

Nesse texto, uma vez mais, os dêiticos, “entre os séculos XVI e XIX” e “hoje”, enlaçam, respectivamente, um *ethos* mítico, alicerçado na resignação africana frente à condição escravocrata imposta pelos portugueses (embora o texto não explicita o agente responsável pelo embarque forçado dos africanos),⁶ e um *ethos* ufanista, que se orgulha da diversidade lexical da língua portuguesa. Além disso, a adjetivação das palavras provenientes das línguas africanas como “novas e sonoras” em nada contribuía para a ampliação do conhecimento sobre essas línguas e sua efetiva participação na constituição do português brasileiro durante a visita ao museu.

Do mesmo modo, no totem referente ao iorubá e ao evé-fon, o texto apresentava dados sobre a quantidade de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX, informava sobre seus principais destinos no território brasileiro e trazia a afirmação de que essas línguas “influenciaram a língua portuguesa no Brasil principalmente no domínio religioso”. Nesse fragmento, a locução adverbial de lugar “no Brasil” pode ser considerada um indício da unidade linguística entre Portugal e Brasil, preconizada pelo museu.

5 Considerações finais

Ao restringir as línguas indígenas e africanas a certa “influência” no léxico do português brasileiro, o museu assume um posicionamento sobre a identidade linguística do Brasil que, simulta-

⁶ De modo análogo, no texto sobre as línguas indígenas hoje, o enunciador do discurso museológico, ignorando a existência de mais de mil línguas indígenas no período colonial, silencia sobre o principal agente responsável pela redução dessa quantidade a aproximadamente 180 línguas e se ufana de que “seu número e variedade é uma de nossas grandes riquezas”.

neamente, reconhece sua originalidade e a superior unidade da língua portuguesa.

Esse discurso pertence a um domínio de memória (COURTINE, 1981) no qual a participação do índio e do africano na constituição da suposta identidade brasileira é, de longe, a menos importante. Esse domínio de memória abarca enunciados em relação aos quais o discurso museológico analisado estabelece laços de filiação. Entre esses enunciados, destacamos aqueles que provêm do âmbito legislativo, cujas sucessivas medidas fomentaram, até muito recentemente, o ideário de um país monolíngue, e do âmbito de certa linguística histórica, cujos procedimentos podem ter contribuído para a solidificação desse ideário, sobretudo, na esfera educativa da qual o museu é parte.

Na cenografia didatizante construída pelos textos de Palavras Cruzadas, o museu afirma, por meio de um *ethos* ufanista, a identidade linguística brasileira, reconhecendo e expondo a influência “minoritária” das línguas indígenas e africanas, como forma de não parecer ignorar o multilinguismo constitutivo da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, por meio de um *ethos* mítico, evita o rompimento com uma história sociopolítica do português usado no Brasil que possui certa “tradição”.

Em resumo, com relação à língua portuguesa que é o tema eleito pelo museu homônimo, o índio e o negro participam emprestando nomes a lugares, objetos e comidas, ou seja, eles se substancializam em uma voz que se manifesta no léxico variado, que é unificado pela “língua nacional”. Esse destaque concedido ao léxico, assim como se dá nos dicionários, é revelador da vocação do Museu da Língua Portuguesa para registrar, fixar e preservar o que poderia e precisaria ser lembrado a respeito do contexto multilinguístico brasileiro, a saber, sua marginalidade.

Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Congresso Nacional, 1934. Disponível em: <https://goo.gl/enGi11>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Congresso Nacional, 1946. Disponível em: <https://goo.gl/MiVKYV>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: <https://goo.gl/kBbNxa>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <https://goo.gl/v4VUri>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: <https://goo.gl/HW7a2u>. Acesso em: 11 ago. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, jun. 1981.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/dMGbNE>. Acesso em: 16 ago. 2018.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010>.

ibge.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006b.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005a.

MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de ethos. Tradução de Sírio Possenti. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar, 2006a. p. 52-71.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MENDES, Heloisa Mara. **A língua do Museu da Língua Portuguesa**. 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos)- Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **O museu**. Disponível em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/o-museu/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 1982.